



Eixo: Mundo do trabalho.

Economia solidária, apicultura e capitalismo no semiárido mineiro

1
2
3
4

Resumo: A Economia Solidária se expande no Brasil em um contexto de crise econômica e elevado desemprego nos anos 1990. Suas concepções e princípios tem se constituído como um referencial central para as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural no Brasil. Na região do semiárido mineiro, onde a apicultura é uma atividade importante como complementação de renda para muitos agricultores familiares, atuam diversas associações e cooperativas que impulsionam a produção de mel e outros produtos apícolas. A partir de uma pesquisa junto aos apicultores da região, com uma abordagem quali e quantitativa, buscamos investigar se a economia solidária tem contribuído ou não na expansão da apicultura no semiárido mineiro e na melhoria das condições de vida dos apicultores cooperados.

Palavras-chave: Economia Solidária; Cooperativismo; Apicultura; Semiárido Mineiro.

Solidarity economy, beekeeping and capitalism in the semi-arid region of Minas Gerais

Abstract: The solidarity economy expanded in Brazil in a context of economic crisis and high unemployment in the 1990s. Its concepts and principles have become a central reference point for public policies aimed at rural development in Brazil. In the semi-arid region of Minas Gerais, where beekeeping is an important activity to supplement the income of many family farmers, there are several associations and cooperatives that promote the production of honey and other bee products. Based on a survey of beekeepers in the region, with a qualitative and quantitative approach, we sought to investigate whether or not the solidarity economy has contributed to the expansion of beekeeping in the semi-arid region of Minas Gerais and to improving the living conditions of cooperative beekeepers.

Keywords: Solidarity Economy; Cooperativism; Beekeeping; Semi-arid region of Minas Gerais.

1 Introdução⁵

A ideia de economia solidária chegou ao Brasil no início da década de 1990 em um contexto de crise econômica e de elevação do desemprego, sendo apresentada como uma saída para os trabalhadores enfrentarem a falta de emprego, em especial nas áreas urbanas (SINGER,

1
2
3
4

⁵ Projeto PDPG/CAPES-FAPEMIG "Cadeia de valor do mel no Semiárido mineiro - análise ecológica, sócio-econômica e organoléptica com vistas à exportação e ampliação do mercado de mel especiais" (APQ-03100-21); Projeto FAPEMIG "Possibilidades e desafios da produção cooperada de mel no Vale do Jequitinhonha" (APQ-00307-22).

2002; 2003). Mas essa ideia não ficou circunscrita aos trabalhadores urbanos, na realidade, as informações existentes sobre os empreendimentos econômico-solidários - cooperativas, associações, grupos informais ou sociedades mercantis⁶ - indicam que ela tem uma expressiva presença no meio rural e relações fortes com atividades agrícolas (SCHMITT; TYGEL, 2009). Segundo os dados do Atlas Digital da Economia Solidária de 2013, a maioria dos empreendimentos econômico-solidários (EES) estava concentrada em áreas rurais: de um total de 19.708 ESS, 10.793 eram rurais, 6.856 urbanos e 2.058 enquadravam-se como rurais e urbanos (SIES, 2013). Em tese, para se enquadrarem como EES essas organizações deveriam se pautar pelos princípios da economia solidária - solidariedade, autogestão, democracia, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário -, fato que muitas vezes não ocorre.

Além disso, conforme apontam Lima e Neto (2011), a ideia de economia solidária foi se constituindo em um referencial central para as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural no Brasil, sendo usada na fundamentação dos documentos oficiais para balizar concepções e diretrizes. Dentre os principais gargalos a serem enfrentados pelas políticas direcionadas ao meio rural e à agricultura familiar tem-se o precário acesso a máquinas, ferramentas e insumos apropriados aos contextos locais das produções agrícolas, falta de financiamento, obstáculos e barreiras no acesso à mercados, a falta de assistência técnica e extensão rural e dificuldades nas formas de organização social (HEBERLÊ et al, 2017). Nesse sentido, os princípios e formas organizativas da economia solidária são tidas como alternativas para expandir a produção agrícola familiar e elevar a renda da população no meio rural.

Isso ganha ainda mais importância em regiões em que a agricultura familiar tem que lidar com alguns desafios, como a falta de chuvas e o clima seco, e por isso a população tem sua renda afetada e vivencia dificuldades para garantir a satisfação das suas necessidades mínimas. Nessas realidades, é grande o apelo para o desenvolvimento dessas formas econômicas consideradas “alternativas” como forma de garantir uma melhoria na renda e nas condições de vida. Esse é o caso da região do semiárido mineiro⁷, composta de municípios considerados extremamente pobres.

⁶ Grande parte dos EES registrados no Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES, 2013) são associações (60%). As cooperativas, consideradas o protótipo de empresa solidária, eram 8,8% dos ESS e outras formas de sociedade mercantil 0,6%. Cabe destacar que, mesmo com 69,5% de EES formalizados, a existência de 6.018 (30,5%) grupos informais indica uma elevada presença de grupos precarizados identificando-se como praticantes da economia solidária.

⁷ O Semiárido brasileiro é uma região geográfica delimitada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

Por conta desta realidade uma série de políticas públicas visando o desenvolvimento sócioeconômico da região têm sido implementadas por diferentes instituições de nível federal, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), e estadual, como o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE). A apicultura, que já era praticada, tradicionalmente, por muitos camponeses, é uma dentre as muitas atividades que têm sido estimuladas na região. A atividade se destaca com a elevação da produção de produtos apícolas (mel, própolis, cera, etc.) e por ser uma alternativa de geração de renda para muitos agricultores familiares. As associações de apicultores, neste contexto, são essenciais para garantir o acesso às políticas públicas e, na medida que a produção aumenta, a cooperativa surge como uma alternativa para o beneficiamento, a comercialização e a valorização da produção.

Além disso, uma vez que a atividade apícola é secundária e se desenvolve a partir de produtores com poucas caixas, a forma encontrada pelos agricultores para garantir o processamento e a comercialização do mel tem sido a constituição de associações e cooperativas. No levantamento realizado para o projeto “Cadeia de Valor do Mel” identificamos a existência de algumas dezenas de associações de apicultores e duas cooperativas apícolas na região com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF).

A Cooperativa dos Apicultores do Vale do Jequitinhonha (COOPIVAJE), sediada em Turmalina-MG, foi fundada em 2010. Atualmente comercializa o ‘Mel Jequitinhonha’, cuja marca foi registrada em 2018 e possui o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) desde 2016, garantindo controle de qualidade nas etapas de beneficiamento do produto. A Cooperativa de Apicultores e Agricultores Familiares do Norte de Minas (COOPEMAPI), com sede em Bocaúva-MG, foi fundada em 2016. Comercializa o ‘Mel das Gerais’ e outros produtos apícolas como extrato de própolis e polén. Possui SIF, selo de denominação de origem⁸ (obtido em 2022) e certificados orgânicos do Brasil, EUA e União Europeia. Tem se destacado na produção e exportação de méis especiais para os EUA e Europa.

– SUDENE, que considera as condições climáticas dominantes de semiaridez, em especial, a precipitação pluviométrica. No Estado de Minas Gerais, a Região Semiárida engloba 217 municípios, distribuídos em cinco diferentes mesorregiões: Vale do Jequitinhonha, Norte de Minas, Noroeste de Minas, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce (IBGE, 2022).

⁸ Ao todo 64 municípios no Norte de Minas Gerais receberam este selo de denominação de origem do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Cabe destacar, porém, que destas, uma teve suas atividades interrompidas nos últimos três anos. Com desafios de diversas ordens, observa-se uma grande dificuldade de tais empreendimentos em se consolidar no mercado capitalista indicando os limites que enfrentam para cumprir com os objetivos da economia solidária em um ambiente marcado pela concorrência intercapitalista. A partir de uma pesquisa junto aos apicultores da região, com uma abordagem quali e quantitativa, buscamos investigar se a economia solidária tem contribuído ou não na expansão da apicultura no semiárido mineiro e na melhoria das condições de vida dos apicultores cooperados.

Para isso o artigo foi estruturado com esta introdução, três seções e as considerações finais. Na primeira sessão, buscamos compreender os objetivos e princípios da economia solidária e do cooperativismo. Na segunda seção, caracterizamos as realidades de produção, processamento e comercialização da produção de mel no Semiárido Mineiro. Já na terceira seção, discutimos a apropriação ou não da ideia de economia solidária por parte dos apicultores da região e identificamos os desafios e benefícios da organização cooperada nas condições de trabalho e de vida dos apicultores. Por fim, apresentamos notas conclusivas.

2 A economia solidária: objetivos e princípios

As origens da economia solidária remontam o movimento cooperativista que surge, no final do século XVIII e início do século XIX, como reação às precaríssimas condições de vida e de trabalho impostas pelo avanço do capitalismo no auge da revolução industrial na Europa (SINGER, 2002; RIOS, 2007). Para Singer e Souza (2000), a origem e o desenvolvimento da economia solidária devem ser compreendidos como resultado da luta contínua dos trabalhadores contra o capitalismo, portanto, ela acompanha como uma sombra, desde o princípio, a evolução deste modo de produção que se tornou hegemônico.

Apesar de não se tratar de uma “criação intelectual” de alguém específico, a economia solidária teve contribuições intelectuais decisivas de pensadores heréticos, empresários filantropos e anarquistas - críticos do processo de exploração do trabalho nas empresas capitalistas -, que propuseram modelos utópicos para a superação de tal realidade (TEIXEIRA, 2002). Dentre eles destacam-se Sant-Simon, Fourier, Buchez, Proudhon, Robert Owen, etc. No que se refere a este último, tratava-se de um capitalista inglês que colocou em prática em sua própria empresa, com seus trabalhadores, os embrionários princípios que viriam a ser base da economia solidária. Não à toa, Owen é considerado o pai do cooperativismo.

Karl Marx, que foi contemporâneo desses autores, em diversos de seus trabalhos criticou-os denominando-os socialistas utópicos. Contudo, não deixou de reconhecer nas suas posições críticas e propostas de ação importantes ideias de oposição ao sistema capitalista. Principalmente, no interior das cooperativas, os trabalhadores poderiam ter a experiência de uma relação de trabalho antagônica à relação salarial. Já a divergência de fundo de Marx consistia no enfrentamento à tese utópica de que a generalização pacífica do associativismo e do cooperativismo poderia levar a um processo de transição e superação do modo de produção capitalista (MARX, 1982; 2009). Marx coloca a perspectiva da revolução como um dos três pilares do seu pensamento, juntamente com a teoria do valor trabalho e o método materialista-dialético (NETTO, 2011). Assim, ele indica que essa ideia de superação pacífica do capitalismo não seria realizável sem a organização dos trabalhadores e a luta revolucionária pela retomada do controle dos meios de produção derrotando a classe opressora (burguesia).

Mais que isso, Marx também já observava em sua época que as cooperativas e outras formas de associação produtiva, não teriam capacidade de alcançar um desempenho econômico suficiente para suplantar a moderna empresa privada capitalista nascente. Em maior ou menor grau as cooperativas e associações acabariam sendo absorvidas pela dinâmica concorrencial imposta pelo mercado capitalista.

Ao longo do século XIX e XX o cooperativismo tradicional foi se expandindo como um setor necessário e importante para o desenvolvimento capitalista, principalmente no campo, confirmando as previsões de Marx. A vertente anticapitalista, ou utópica, foi ficando cada vez mais marginal. Contudo, com a crise dos anos 1970, esse movimento começa a ganhar força nos países do capitalismo central, e ao longo dos anos 1990 chega aos países periféricos como o Brasil. Trata-se de um período de implementação de políticas econômicas de ajuste neoliberal, como a abertura comercial e a liberalização financeira, que provocou a falência de empresas em diferentes setores, gerando aumento das taxas de desemprego. O período também coincide com a reestruturação produtiva que implicou em mudanças profundas nos processos produtivos com a substituição de trabalhadores por equipamentos automatizados e o deslocamento de capitais de países, como o Brasil, para regiões do sudeste asiático reconfigurando a divisão internacional do trabalho.

É neste contexto que a economia solidária passa a ser defendida e implementada, no Brasil, como “alternativa” ao desemprego e como caminho para a construção de uma “outra

economia”⁹ não capitalista. A Economia Solidária seria, na visão de Singer (1999; 2002), um modo de produção alternativo ao capitalismo, articulado de forma autônoma e democrática pelos trabalhadores e, por isso, também poderia ser caracterizada como um movimento social. Não se trata, portanto, na perspectiva da economia solidária, de buscar apenas resultados econômicos, mas também garantir desenvolvimento humano emancipatório com garantia de trabalho digno e harmonia social e política.

Para Gaiger (2003, p. 191), “o fenômeno da economia solidária guarda semelhanças com a economia camponesa”, pois há unidade da posse e do uso dos meios de produção sem as relações de trabalho de assalariamento. Em grande medida isso explica a expressiva presença de EES no campo, como já foi mencionado. A vinculação da economia solidária com a agricultura familiar¹⁰, se dá pelas vias do associativismo e cooperativismo, principalmente, enquanto formas de organização social, sendo apontada como estratégias para a promoção do chamado desenvolvimento rural.

Os princípios que orientam a ação dos trabalhadores e trabalhadoras nos EES são a solidariedade, a autogestão, a democracia, a cooperação, o respeito à natureza, o comércio justo e o consumo solidário. A solidariedade, que não deve ser confundida com filantropia ou caridade, juntamente com o espírito cooperativo e de adesão livre, se contrapõem à lógica competitiva do modo de produção capitalista. A autogestão implica na tomada de decisão coletiva e democrática pelas assembleias de sócios rompendo com a heterogestão autoritária exercida pelo patrão, ou gerente, típica da empresa capitalista. O comércio justo implica na possibilidade de venda dos produtos dos ESS por preços maiores uma vez que são produzidos respeitando a natureza garantindo a conservação do planeta, sendo que estes maiores ganhos são distribuídos entre os produtores. Por fim, a ideia de consumo solidário indica que se deve priorizar os produtos de outros EES, que não exploram trabalhadores e não agredem a natureza. Ademais, propõe o abandono dos hábitos consumistas comuns no capitalismo.

Estes princípios, no entanto, muitas vezes não são praticados por associações e cooperativas. O trabalho autogestionado pode não ocorrer, as decisões democráticas podem

⁹ A criação da primeira Incubadora de Tecnológica de Cooperativas Populares, em 1995; a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário, em 1999; a defesa da economia solidária como base para uma outra economia possível nos Fóruns Sociais Mundiais, a partir de 2001; e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, são alguns episódios de destaque nesse processo.

¹⁰ De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 o Brasil tinha 5.073.324 estabelecimentos rurais, sendo 76,82% da agricultura familiar, os quais detém apenas 23,03% das terras exploradas (IBGE, 2017).

inexistir, a solidariedade e a cooperação podem dar lugar ao individualismo, que se traduz em um esvaziamento ou à própria dissolução dos empreendimentos solidários, gerando uma desconfiança em relação às formas de organização relacionadas à economia solidária. É sobre essas e outras questões que iremos refletir para refletir sobre como a economia solidária tem contribuído ou não na expansão da apicultura no semiárido mineiro e na melhoria das condições de vida dos apicultores cooperados.

3 As realidades de produção, processamento e comercialização da produção de mel no Semiárido Mineiro

A presente seção foi construída a partir dos dados coletados no âmbito das pesquisas “Cadeia de valor do mel no Semiárido mineiro - análise ecológica, socio-econômica e organoléptica com vistas à exportação e ampliação do mercado de meis especiais”¹¹ e "Possibilidades e desafios da produção cooperada de mel no Vale do Jequitinhonha" que, dentre outras metodologias, envolveu a aplicação de questionário junto a 135 produtores e produtoras de mel e produtores associados de municípios do Semiárido Mineiro¹². Do total pesquisado, mais de 84% dos entrevistados se dedicam à atividade da apicultura, e quase 16% se dedicam apenas à meliponicultura (abelhas sem ferrão). Para a análise e apresentação dessa caracterização foram desconsiderados os entrevistados que praticavam apenas a meliponicultura.

Dentre os produtores entrevistados, a grande maioria se identificou como do sexo masculino (74,07) e mais de um quarto (25,92) se identificou como do sexo feminino, mostrando que embora sendo minoria, há mulheres que se identificam como apicultoras, ademais daquelas que atuam em etapas da produção mas ainda não se identificam como apicultoras. Em termos etários, mais de 52,6% dos apicultores possuem entre 41 e 60 anos, 27,2% tinham entre 18 e 40 anos e mais de 20% acima de 60 anos. Sobre o local da residência, uma parcela importante dos apicultores, 40,74%, responderam que moram na zona urbana, por outro lado, 59,25% responderam que residem na área rural.

¹¹ Pesquisa submetida ao Comitê de Ética da UFVJM, aprovado no Parecer nº. 6.319.979.

¹² Durante a pesquisa, por limitações com relação ao tempo, pessoal e recursos, não foi possível acessar todos os municípios do Semiárido Mineiro, assim, foram aplicados questionários com apicultores de 34 dos 217 municípios que compõem a região. Além destes, 03 outros (Carbonita, Itamarandiba, Rio Pardo), que apresentam produção de mel, mas não estão incluídos na lista da SUDENE. Os questionários foram aplicados em eventos regionais e locais promovidos por diferentes organizações sociais parceiras do projeto.

No Brasil, os apicultores são predominantemente de pequeno porte e a atividade se caracteriza por ser secundária a outras atividades produtivas (VIDAL, 2022), inclusive combinada com atividades laborais na área urbana. Em relação a isso, o resultado dos questionários demonstrou que mais da metade dos produtores de mel (54,81%) desenvolvem alguma atividade não agrícola para complementar a renda. Por outro lado, dentre as atividades agrícolas desenvolvidas dentro da propriedade para além da apicultura, 80% dos apicultores disseram possuir os chamados quintais produtivos. Sobre os quintais produtivos, Oklay (2004), explica que são espaços no entorno das casas em que se encontram adaptadas espécies subutilizadas ou não-domesticadas e uma enorme variedade de espécies locais. Essa diversidade contribui não somente para a segurança alimentar e estabilidade econômica dos agricultores familiares, mas para o equilíbrio do sistema agroecológico como um todo.

Em relação ao tipo de produção dos quintais foi possível observar que, em 40,74% desses quintais são desenvolvidas alguma produção vegetal e em 33,33% ocorre produção vegetal e produção animal. Em relação ao destino da produção dos quintais, 17,59% dos entrevistados apontaram que a produção é para o autoconsumo, mas 75% dos entrevistados disseram que comercializam o excedente. Dentre os principais canais de venda, eles citaram: venda direta aos consumidores em feiras livres, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos Familiar (PAA).

O perfil do sistema produtivo na apicultura pode ser caracterizado a partir do número de colmeias. Na região do Semiárido Mineiro, observou-se que mais da metade dos apicultores (53,25%) possuem até 50 caixas; 13,33% possuem entre 51 a 100 caixas; 18,51% possuem de 101 a 200 caixas e, apenas 4,44% possuem acima de 200 caixas. Outro aspecto importante está relacionado à quantidade de mel produzida. Segundo os dados, no ano de 2022, do total de apicultores entrevistados, 68,89% produziram abaixo de 1 tonelada, sendo que destes, 27 apicultores, isto é, 20%, produziram abaixo de 50 quilos; 25,93% produziram entre 1 tonelada e 15 toneladas e apenas 1,48% [2 apicultores] produziram acima de 15 toneladas. Em 3,70% a informação estava ignorada/ausente. À vista disso, chama a atenção a disparidade entre a quantidade mínima e a quantidade máxima produzida, revelando que ao lado de uma grande maioria de apicultores de pequeno porte, há alguns poucos apicultores com produção de larga escala.

Além do número de colmeias, a quantidade produzida também está associada ao nível de tecnificação e, portanto, ao acesso a equipamentos e insumos. Sobre isso, Khan *et al.* (2014),

indicam que em algumas regiões do país, observa-se um acesso precário aos equipamentos de segurança, além da organização de “mutirão” para a colheita e beneficiamento do mel e o uso de unidade de processamento comunitárias, como as casas de mel e entrepostos, que pertencem, na maior parte dos casos, às associações e cooperativas pois os custos para se construir e se colocar nos padrões de normas técnicas sanitárias são muito altos. Sobre isso, a pesquisa identificou que 94,07% dos apicultores possuem fumegador, 79,25% possuem formão, 94,81% possuem os EPI's. E dentre os equipamentos de beneficiamento, 40,74% possuem mesa desoperculadora, 35,55% possuem centrífuga elétrica e 47,40% possuem decantador. Muitos desses apicultores receberam tais equipamentos por meio de projetos e programas que tinham como finalidade o incentivo ao desenvolvimento da apicultura na região. Essas doações são resultado das parcerias entre as associações apícolas e instituições públicas que atuam no fomento à apicultura.

Em relação ao beneficiamento do mel, a maior parte dos apicultores ainda realiza em algum espaço da propriedade - 25,92% cozinha; 17,78% estrutura adaptada na propriedade; 12,60% algum cômodo da residência - e, apenas, 36,30% responderam que realizam nas casas de mel. Esses dados revelam um desafio na atividade apícola da região, pois a falta de um lugar adequado, aumenta os riscos de contaminação, comprometendo a qualidade do produto final. O que impacta também na comercialização, já que por se tratar de um produto de origem animal, exige instalações dentro do padrão de normas técnicas e o selo de inspeção.

No que se refere ao processo de trabalho, particularmente, em relação ao tempo de dedicação dos apicultores à atividade, buscou-se avaliar a frequência com que os produtores vão ao apiário para cuidados, manutenção e manejo. Nota-se, com base nos dados obtidos, que 31,11% o fazem semanalmente; 32,59% vão quinzenalmente; 17,77% responderam que vão mensalmente e, apenas, 13,33% comprometem-se todos os dias com essa atividade. Ou seja, por se tratar de uma atividade secundária a apicultura ocupa uma parcela menor do tempo de trabalho dos produtores inseridos na atividade.

A atividade apícola possui aspectos que estimulam e outros que dificultam o crescimento dessa cadeia produtiva, seja no âmbito da produção, do beneficiamento e do processamento do mel. Em relação a isso, a principal dificuldade apontada (94,81% dos apicultores) foi a falta de equipamentos necessários e ou assistência técnica. Em segundo lugar apareceram as dificuldades relacionadas à comercialização, marketing e divulgação dos produtos com 74,07% dos apicultores entrevistados. Dentre essas dificuldades ligadas à divulgação foram apontadas o baixo consumo de mel por parte da população e as dificuldades com a legalização

do produto, como a obtenção de embalagens conforme normas técnicas e selo. A esse último desafio que se vincula a necessidade de constituição de cooperativas.

Os canais de comercialização são de extrema importância para a atividade agrícola, e da mesma forma, para a produção de mel no semiárido mineiro. A pesquisa mostrou que há na região uma diversidade de canais de comercialização, mas o principal deles ainda é a venda direta com entrega em domicílios (45,1% realizam esse tipo de venda). Em segundo lugar, aparece a venda para cooperativas (17,76%) e, em terceiro lugar, a venda para atravessadores (13,33%). Ainda 10,37% dos apicultores apontaram que realizam venda direta em feiras e outros locais e 0,74% realizam vendas também para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse baixo percentual de vendas para o PNAE pode estar relacionado à falta de certificações e de cumprimento de normas técnicas. Na comercialização destaca-se o papel do próprio apicultor, em que 74,08% responderam serem os responsáveis pela comercialização da produção.

Outro dado identificado pela pesquisa foi o preço médio de venda do mel no ano de 2022. Os apicultores utilizam como medida o litro, com isso, identificamos que 40,74% comercializavam o litro do mel entre 10 a 20 reais; 30,37% vendiam entre 20 a 40 reais o litro; 11,11% disseram vender acima de 40 reais; e, 6,66% abaixo de 5 reais; 11,11% não responderam. Importante destacar que 85,18% dos apicultores consideraram a atividade apícola rentável e apenas 11,85% consideram que apenas cobre os custos. Mas quando perguntados sobre os desafios no processo de comercialização do mel, 50,38% dos produtores apontaram que o preço justo é o principal desafio a ser superado.

4 Os desafios e os benefícios da organização cooperada/associada nas condições de trabalho e de vida dos apicultores

Uma parte importante da pesquisa realizada focou na dimensão associativa/cooperativa dos apicultores e sua importância para o setor produtivo apícola do semiárido mineiro. Posto que a produção apícola está espalhada pelo território e o beneficiamento e a comercialização implicam em maior volume, a formação de cooperativas¹³ redução de custos de beneficiamento e comercialização, além de, idealmente, garantir relações de trabalho distintas do assalariamento, pautadas nos princípios do cooperativismo e da Economia Solidária, podendo

¹³ A organização dos apicultores em cooperativas e associações pode proporcionar melhora na produtividade e na competitividade, aumentando a eficiência técnica e econômica, possibilitando maior poder de negociação no mercado (CASTRO, 2023).

trazer, portanto, benefícios econômicos, sociais e ambientais para os cooperados e seus respectivos territórios (SILVA *et al.*, 2023).

Do total de 135 questionários aplicados são 71 (52,59%) os que participam de alguma associação apícola, enquanto 23 (17,03%) disseram que integram alguma cooperativa de apicultores. A formação de uma associação, primeiro, e na sequência, uma cooperativa foi o caminho seguidos nos dois casos concretos da COOAPIVAJE e da COOPEMAPI, por conta disso, o papel das associações como canal de divulgação sobre a existência das cooperativas foi natural. Sendo assim, 56,52% dos apicultores assinalaram que ficaram sabendo da cooperativa por meio das associações de apicultores. Cerca de 30,43% apontaram outros sujeitos como responsáveis por essa informação e 4,34% disseram que conheceram a cooperativa por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Confirmando que o modelo cooperativo é adequado para garantir maior eficiência no beneficiamento e na comercialização de produtos apícolas, 52,17% dos apicultores cooperados consideram que a cooperativa é essencial para a produção e para a comercialização dos produtos, enquanto 47,82% indicaram que a cooperativa ajuda no processo.

Para o pequeno produtor de mel, portanto, associar-se à cooperativa é bastante vantajoso. Os cooperados indicam melhoras após a adesão à cooperativa, como o fortalecimento dos produtores da região e o reconhecimento como cidadão, respostas mencionadas por 60,86% dos cooperados entrevistados. Também destacaram a conscientização dos seus direitos e deveres, melhoria na renda, inclusão social, inclusão produtiva/reinserção no mercado de trabalho, realização pessoal, somando 39,14% das respostas dos entrevistados.

Em relação ao apoio que é oferecido pelas cooperativas para os apicultores 56,52% destes apontaram treinamento e apoio na aquisição de insumos como EPI's, caixas e outros; 78,26% apontaram a disponibilidade de equipamentos para processamento/beneficiamento e análise das floradas que compõe o mel e 82,60% indicaram auxílio na comercialização dos produtos apícolas e na criação e promoção de uma identidade visual para os mesmos.

Analisando o processo de participação na autogestão organizacional, os dados da pesquisa apontam que 78,26% dos apicultores cooperados participam das atividades da cooperativa, sejam elas reuniões, assembleias, encontros, treinamentos, etc. No que se refere à participação na diretoria da cooperativa, 30,43% já ocuparam algum cargo. Como fica evidenciado, a existência de apicultores que não participam das atividades é um desafio que se apresenta à autogestão das cooperativas, assim como a criação de estratégias de revezamento,

formação¹⁴ e incentivo que permitam que todos os sócios tenham a oportunidade de participar dos espaços diretivos¹⁵.

Entre os que participam das atividades da cooperativa, 56,52% dos apicultores assinalaram que comparecem frequentemente às atividades realizadas, 26,08% comparecem às vezes e 8,69% raramente frequentam. O desafio da distância geográfica muitas vezes é a causa do não comparecimento, já que muitos produtores associados residem na zona rural de municípios distantes da sede das cooperativas. Estratégias como a realização de reuniões presenciais itinerantes e de reuniões remotas têm sido experimentadas, porém esta última esbarra no problema da dificuldade de acesso à internet em algumas regiões.

Sobre as assembleias e discussões coletivas foi apontado que 52,17% dos apicultores apresentam sugestões nas reuniões e 39,13% não o fazem. Observando se as sugestões apresentadas pelos sócios estão sendo apreciadas e aprovadas em assembleias foi visto que, 60,86% consideram que sim, 17,39% não sabem informar, 8,69% responderam que não, e 13,04% não responderam à pergunta. As informações prestadas indicam que quase metade dos apicultores entrevistados não fazem proposições nas assembleias o que limita a construção coletiva das estratégias das cooperativas, o que se complexifica quando 39,12% responderam que o processo decisório democrático não está ocorrendo, não sabem informar sobre o assunto ou não responderam à questão, demonstrando desconhecimento.

Este problema na autogestão democrática fica mais evidenciado quando se inquiriu se todas as decisões da cooperativa são apreciadas e aprovadas em assembleias. Em relação a isso foi constatado que 52,17% consideram que sim, 26,08% não sabem informar, 13,04% responderam que não e 8,69% não responderam à pergunta. A soma dos que disseram não, não sabem e não responderam alcança 47,81%, um percentual alto que indica que um princípio basilar do cooperativismo e da economia solidária pode não estar sendo cumprido. Essa informação

¹⁴ A formação dos sócios é fundamental pois, como aponta Reisdorfer (2014), a direção da cooperativa deve ser composta somente por cooperados, sendo estes ao mesmo tempo gestores, proprietários e usuários da cooperativa. Nesse ponto, em algumas situações a gestão pode não ser eficiente, devido ao fato da Cooperativa ser autogerida pelos próprios cooperados que são ao mesmo tempo donos e usuários do empreendimento, resultando em uma administração pouco profissional.

¹⁵ Para o desenvolvimento das associações ou cooperativas é necessário que se viabilize a relação institucional entre os cooperados e a cooperativa no sentido de aumentar a produção, a capacitação, os investimentos no segmento, nas melhorias da comercialização, visando conquistar mercados. Além disso, é necessário a conscientização dos cooperados para o surgimento e o encorajamento de novas lideranças (PAULA, 2014)

também pode indicar que há falhas na comunicação entre a diretoria e os sócios e até mesmo que há incipiente formação dos sócios das cooperativas.

Os dados do presente estudo indicam que 69,56% dos apicultores foram motivados a participar da cooperativa devido a possibilidade de auxílio na venda dos produtos apícolas, permitindo alcançar um mercado consumidor maior e promovendo a valorização dos produtos. Outras motivações apontadas foram o acesso a políticas públicas ligadas à atividade (34,78%), acesso a cursos de treinamento e capacitação da atividade (47,82%), compartilhamento de equipamentos de processamento/beneficiamento dos produtos apícolas (56,52%) e a participação nas atividades coletivas (39,13%).

Por se tratarem de cooperativas de beneficiamento e comercialização, a principal atividade realizada de forma cooperada apontada pelos entrevistados é a comercialização dos produtos apícolas (30,43%). Na sequência, é apontada a compra dos insumos para a produção apícola (17,40%) e, em terceiro, o beneficiamento dos produtos apícolas (21,74%). Por último, aparece a produção dos produtos apícolas com 4,35%, pois os apicultores realizam a produção em suas propriedades na maior parte das vezes de forma não cooperada.

A pesquisa ainda lança luz sobre como se dá a apropriação da ideia de economia solidária por parte dos apicultores da região do semiárido mineiro. Evidenciou-se que do total de 135 entrevistados, apenas 44,45% sabem o que é a economia solidária. Do total de 71 associados, quem conhece a economia solidária são apenas 33,81% dos apicultores, enquanto do total de 23 cooperados entrevistados, quem conhece a economia solidária são apenas 21,74% dos sócios cooperados. Portanto, os dados demonstram que, de modo geral, há um elevado desconhecimento a respeito do que é a economia solidária entre os entrevistados. Entre os associados e os cooperados este desconhecimento é ainda menor, e mais surpreendente pois as associações e cooperativas são consideradas EES.

5 Considerações Finais

A atuação dos apicultores nas cooperativas, portanto, responde a uma necessidade econômica de buscar a ampliação do mercado consumidor, obter maiores ganhos com a valorização dos produtos apícolas, reduzir custos com o processo de beneficiamento e compra de insumos. A participação nas associações tem como principal finalidade permitir o acesso a políticas públicas, treinamentos, equipamentos e insumos. Trata-se, portanto, muito mais de perseguir resultados econômicos dentro dos marcos do modo de produção capitalista, com todas

as dificuldades existentes e impostas, do que construir um modo de produção alternativo como preconiza a economia solidária. Como já apontara Marx, há uma tendência dessas organizações, em maior ou menor grau, serem absorvidas pela dinâmica concorrencial imposta pelo mercado capitalista.

O expressivo desconhecimento da Economia Solidária por parte de associados e cooperados indica que as associações e cooperativas da região têm um caráter mais tradicional e diferente dos EES típicos do movimento da economia solidária. Contudo, como apontam (SCHMITT; TYGEL, 2009), deve-se reconhecer nessas organizações e movimentos os conflitos entre diferentes atores por diferentes modelos de sociedade.

É fundamental compreender [...] que nas práticas cotidianas desses grupos e organizações, a resistência ao capitalismo e a sobrevivência dentro do capitalismo fazem parte de uma mesma equação. Em seu agir, estão presentes demandas e contradições de diferentes tipos, refletindo os múltiplos pertencimentos através dos quais se constroem suas identidades (SCHMITT; TYGEL, 2009, p. 106).

Mesmo com as dificuldades de praticar a autogestão e a democratização da tomada de decisão, as cooperativas investigadas são espaços de exercício de construção coletiva, um contraponto ao modelo de gestão da empresa privada capitalista. Nos marcos do capitalismo, o associativismo e o cooperativismo, na região do semiárido mineiro, mesmo que não sejam expressamente ligados ao movimento da economia solidária, como ficou evidenciado nas entrevistas, têm proporcionado algumas melhorias nas condições de vida dos apicultores associados/cooperados e têm fomentado a expansão da apicultura.

Referências

CASTRO, Samuel Menezes de. **Caracterização da Apicultura no Semiárido Potiguar: Uma análise das perspectivas atuais e futuras**. Mossoró. 2023. Dissertação (Mestrado em Produção Animal) – Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró/RN. 2023.

HEBERLÊ, A. L. O. et al. Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P (org). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 131-147. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em 24 abr. 2024.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 15 mar. 2024.

KHAN, A. S. et. al. **Perfil da apicultura no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2014. (Série Documentos do Etene n° 33). Disponível em:

<https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/219/3/2014_SDET_33.pdf>.

Acesso em 21 abr. 2024.

LIMA, J. S.; NETO, A. S. C. Desenvolvimento territorial e economia solidária: confluências e dissonâncias na política de desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**. vol. 2, jul-dez, 2011, pp. 1-16. Disponível em:

<<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/download/2614/2497/>>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MARX, K. Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. In.: MARX, K. **Obras escolhidas**. Lisboa: Editorial Avante, v. I, Tomo II, 1982, p. 5-13.

_____. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. Editora Expressão Popular, 2011.

OKLAY, E. Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural. **Agriculturas**, v. 1, n. 1, p. 37-39, 2004.

PAULA, M. F. **Desempenho das exportações brasileiras de mel natural**. 118p. 2014. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

REISDORFER, V., K. **Introdução ao cooperativismo**. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014. 106p.

SCHMITT, C. J.; TYGEL, D. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In.: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. Disponível em:

<<https://aspta.org.br/files/2011/05/N%C3%BAmero-especial.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SIES. Sistema de Informações em Economia Solidária. **Atlas Digital da Economia Solidária**. Brasília. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 19 mar. 2024.

SILVA, M. C. M; DARDENGO, A. M; Murta, C. S; ALVARENGA, D. J. R; SANTIAGO, M. C; STOCOO, A. F. Cooperativismo apícola no Vale do Jequitinhonha MG: a prática dos princípios da economia solidária na COOAPIVAJE. In: **Anais do IX Fórum de Cooperativismo do Simpósio Nacional de Gestão de Cooperativas**. Santa Maria (RS) UFSM, 2023.

SINGER, P. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. Contexto: São Paulo, 2003.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEIXEIRA, A. (org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.

VIDAL, M. F. Mel natural. **Caderno Setorial ETENE**. Fortaleza. Ano 7, n.º 219, abr. 2022. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1198/3/2022_CDS_219.pdf>. Acesso 21 abr. 2024.